

# As ruínas na narrativa histórica: interrupções e recomêços à luz das estrelas e entre os espelhos

The ruins in the historical narrative: interruptions and restarts in  
the light of the stars and between the mirrors

Joao Pedro de Carvalho<sup>1</sup>

## Resumo

A partir de exemplos (literários e factuais) do combate de forças hegemônicas contra aqueles cuja organização material distinguiu-se da normatividade produtiva, questionamos como as ações de transformação do espaço e a violência contra determinados grupos podem impedir o avivamento da memória. Contudo, paradoxalmente, sugerimos que, em função do arruinamento, o agente histórico se utiliza dos fragmentos para narrar e, assim, escrever sobre o passado, sobre os dias de hoje e mesmo do amanhã. Este artigo, dessa forma, pensa a relação entre os interditos e a possibilidade de historicização a partir de duas metodologias de análise: a teoria da constelação de Walter Benjamin e a alegoria

## Abstract

Based on examples (literary and factual) of the combat of hegemonic forces against those whose material organization differed from the productive normativity, we question how actions to transform space and violence against certain groups can prevent the revival of memory. However, paradoxically, we suggest that, due to the ruin, the historical agent uses the fragments to narrate and, thus, write about the past, about today and even tomorrow. This article, therefore, reasons about the relationship between interdictions and the possibility of historicization from two analysis methodologies: Walter Benjamin's constellation theory and the allegory of Solomon's mirrors, developed by Father Vieira, which establish relationships between

---

<sup>1</sup>[joaopedro15822@gmail.com](mailto:joaopedro15822@gmail.com). Data de submissão: 16. nov. 2021.

dos espelhos de Salomão, desenvolvida pelo Pe. Vieira, que estabelecem relações entre fatos cronologicamente apartados e nos permitem desenvolver vínculos para compreender aqueles episódios cujas evidências foram obliteradas. chronologically separate facts and allow us to develop links to understand those episodes whose evidence has been obliterated.

A estima pela decadência faz parte da maneira como o Ocidente concebe suas tradições. O classicismo, movimento cultural responsável por delinear os padrões estéticos da modernidade renascentista, tem como inspiração as produções artísticas da Idade Antiga, que chegaram já deterioradas à Idade Moderna (BENJAMIN, 1984, p. 200) — nesse movimento, o belo é percebido, por exemplo, em escombros de templos gregos e romanos, nas estátuas, nos vasos partidos. Assim, o ideal do novo na modernidade é o destroço, a destruição (BENJAMIN, 1984, p. 200). Mesmo em movimentos futuros, no Ocidente, o objeto arruinado permanecerá como ideal do belo: o estilhaço é a matéria mais nobre da criação barroca (BENJAMIN, 1984, p. 200) enquanto no modernismo futurista, por sua vez, Marinetti compara a beleza do automóvel com a Vitória de Samotrácia, escultura helenística que chegou aos nossos dias já arruinada, sem rosto nem braços.

A partir dessas considerações acerca da valorização estética da destruição, questionamos como a estima pelos escombros determina a maneira como, no exercício da análise histórica, selecionamos o que narrar e como contamos essas histórias. Para iniciar esta investigação, busquemos na tematização literária um exemplo de arruinamento do espaço.

Às vésperas das reformulações urbanas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, o “bota-abaixo”, Machado de Assis escreveu o conto “Um Erradio” e, nesta narrativa, localizou seu protagonista, Tosta, no momento de intensa transformação da cidade. Durante um passeio no Morro do Castelo, que foi demolido pouco tempo depois, esse

visita a igreja dos Jesuítas e tem a impressão de que o passado renasce “tal qual era” (ASSIS, 1899, n.p): “vi os primeiros templos da cidade, os padres da Companhia, a vida monástica e leiga, os nomes principais e os fatos culminantes”. Quando caminha à muralha, de onde vê o mar e parte da cidade, Tosta é transportado para um momento de dois séculos no passado: “vi a expedição dos franceses, como se a houvesse comandado ou combatido. Respirei o ar da colônia, contemplei as figuras velhas e mortas” (ASSIS, 1899, n.p). Percebemos, então, o personagem “ver” o passado em função do espaço que o evoca. Contudo, às vésperas do “bota-abixo”, o narrador nos indica que, como os edifícios, a capacidade de produzir essa imaginação está prestes a desaparecer.

Supomos, então, que um viajante vai à Roma moderna e busca entender, ao observar as ruínas, a compleição da cidade nos tempos da República. Contudo, diante das reformas que ocorreram a partir da Renascença, ele encontra não mais que restos escassos, já mesclados à metrópole dos dias de hoje. O viajante, então, se percebe incapaz de “visualizar” o passado. Trabalhada por S. Freud, em 1930, e, no século XVII, por Pe. Antônio Vieira, essa tese é ponto de partida para nossa investigação. Nos Sermões de Quarta-Feira de Cinza, este expõe que não resta dos Césares, dos Pompeus, dos Mários e dos Silas outra memória mais que os poucos versos das suas sepulturas: “que coisa é Roma senão um sepulcro de si mesma?” (2020, p. 87). Já Freud (2010, p. 12), ao reconhecer os diferentes estágios pelos quais a cidade passou — primeiro, a Roma quadrata, seguida pela fase do Septimontium, em seguida o cercamento pelo muro de Sérvio Túlio, posteriormente o de Aureliano... — conclui que, de todas essas construções, o viajante munido de conhecimentos topográficos achará, quando muito, vestígios, pois elas não mais existem.

Por um instante, pensemos em outro exemplo, o de Canudos. Este arraial, construído por sertanejos no interior da Bahia, contestava os modos de produção e a estrutura fundiária naquele local, uma vez que se organizava em um sistema de solidariedade mediado pela fé comum, enquanto nos latifúndios prevalecia o servilismo dos vaqueiros ante o fazendeiro, que muitas vezes nem sequer morava nos sertões (CUNHA, 1992, p. 101). Como o povoado de Canudos tornara-se, demograficamente, a segunda cidade da Bahia, houve uma escassez de força de trabalho nas fazendas (PRIETO, 2019, p. 40) e as

oligarquias mobilizaram-se para combater os seguidores de Antônio Conselheiro. Assim, nos anos de 1896-97, nas quatro investidas das forças legalistas contra os sertanejos, Canudos foi brutalmente combatida por produzir em regime comunal e por atrair a população que serviria como mão de obra em terras cuja lógica era a da produção em grandes propriedades.

Ao término do conflito, as habitações do povoado foram demolidas e os conselheiristas, degolados. Houve também o “mais pobre dos saques que regista a história”, como definiu o jornalista Euclides da Cunha (CUNHA, 1992, p. 165), em que os soldados vitoriosos buscaram como despojos de guerra, além de imagens mutiladas e rosário de cocos, a produção literária dos rebeldes sertanejos, como as cartas e os poemas. A destruição das memórias do arraial, todavia, não se encerra ao término do conflito. Na década de 1950, o governo determinou a construção de uma barragem, a do Cocorobó, e assim foi submersa a porção árida da caatinga onde o massacre ocorreu. Os descendentes dos conselheiristas que ainda habitavam a região, em consequência disso, mudaram-se para uma outra comunidade a alguns quilômetros de distância e, pela terceira vez, refundaram a cidade.

Hoje, Canudos é um município de avenidas largas, margeadas por comércios, onde há pouquíssimas referências à memória dos dois lugarejos anteriores. Na época de estiagem, apenas, quando o volume do açude baixa, é possível ver as ruínas da antiga igreja submersa e, na cidade, o velho crucifixo de madeira encomendado por Antônio Conselheiro, cravejado de balas no momento da destruição do arraial, está guardado em uma capela nova, construída para parecer mais antiga. Dessa forma, caso um viajante — como aquele que esteve na Roma segundo as suposições de padre Vieira e Freud —, visitasse aquela parte do sertão baiano, encontraria enormes dificuldades para visualizar as Canudos dos tempos anteriores.

Então, a partir dos interditos promovidos por aqueles que desejam obliterar a memória, como investigar o passado quando os instrumentos tradicionalmente utilizados pelo agente histórico, uma vez arruinados, aparentam ser insuficientes? Como, em retorno

ao exemplo de Canudos, vencer o interdito dos apagamentos e elucidar a memória de resistência dos sertanejos conselheiristas?

A ficção, nesses casos, atua para arquitetar um imaginário dos espaços e dos corpos quando estes sofreram traumas, e a literatura ou o cinema, como exemplos, são capazes de desenvolver cenários e personagens que ocupam os vazios das ruínas — fazendo, assim, do negativo, positivo. Obras literárias como *A Casca da Serpente*, de José J. Veiga, *A Guerra do Fim do Mundo*, de Vargas Llosa, ou *Assunção de Salviano*, de Antônio Callado, e obras cinematográficas como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *O Dragão da Maldade Contra o Santo Guerreiro*, de Glauber Rocha, ou *A Matadeira*, de Jorge Furtado, todas estas produzidas na segunda metade do século XX, comentam o episódio de Canudos a fim de incorporar algumas questões próprias aos seus dias — intento que apenas pode ser cumprido uma vez que os problemas dos tempos de Antônio Conselheiro permanecem muito atuais. Assim, essas obras abordam as contradições no campo, como a relação entre o fazendeiro e o sertanejo pobre, a disputa por terras, o autoritarismo do Estado para assegurar os interesses das oligarquias e a violência policial nas periferias do capitalismo.

Em *A Matadeira*, por exemplo, Jorge Furtado intercala na montagem do curta-metragem cenas em que tropas do exército disparam contra meninos vestidos em trapos que resistem contra a destruição do povoado de Canudos e outras cronologicamente mais recentes, em que são expostas fotografias jornalísticas de viaturas da Polícia Militar, suas sirenes vermelhas, barracões de favelas e corpos de crianças mortas, estirados no asfalto. O filme de Jorge Furtado, assim, denuncia a violência contra populações à margem do capitalismo ao início da República, no episódio do massacre dos sertanejos de Canudos, como na contemporaneidade, no genocídio de populações faveladas, relacionando-as em mosaico ou constelação (BENJAMIN, 1984, p. 50) como fatos históricos afins.

A analogia benjaminiana da constelação — afirma ele que “as ideias se relacionam com as coisas como as constelações com as estrelas” (1984, p. 54) — ao propor que a memória histórica é subjetivamente articulada a partir de determinado ordenamento lógico, que relaciona um fato a outro como um observador do céu noturno traça desenhos entre as estrelas para formar as imagens das constelações, pode ser importante para investigarmos a

relação entre fatos afins embora distanciados no tempo cronológico. Sob essa perspectiva, Otte e Volpe (2000, p. 37) interpretam a constelação como método analítico, já que

caberia ao leitor “contemplar” os textos e ver — à maneira do observador de estrelas — quais os elementos que se destacam e quais as ligações que poderiam ser estabelecidas entre esses pontos. Se retomarmos as considerações de que as constelações não são formações naturais, mas ‘imagens culturais’, diferentes segundo as épocas, que eram projetadas sobre a disposição das estrelas em relativa proximidade, a leitura do texto constelar se caracterizaria pela liberdade de estabelecer ligações entre partes dispersas (Ibidem, p. 39).

Desse modo, à maneira como vinculamos, a partir de *A Matadeira*, o massacre no interior da Bahia ao final do século passado às questões que afligem populações periféricas nos dias de hoje, podemos traçar afinidades entre os acontecimentos de Canudos e outros fatos posteriores na história da República tematizados em diegeses filmicas e literárias. Em *A Casca da Serpente*, como um segundo exemplo, José J. Veiga fabula uma narrativa ucrônica na qual Antônio Conselheiro jamais morreu. O seu não falecimento, logo, indica a continuidade das contradições que motivaram o conflito do qual foi protagonista. Dizer que o beato sobreviveu ao massacre é dizer que Canudos existe, como um fantasma, nas contradições mais atuais — que são, também, as mais antigas — dos sertões do país.

Além disso, no romance, Antônio Conselheiro vaga pelo sertão para construir uma nova cidade, agora, “retificada” (VEIGA, 2003, p. 55). E o que há de novo e retificado, diferente em relação ao povoado original, é o abandono dos próprios traços culturais e psicológicos que caracterizavam a primeira comunidade. Em uma nova cidade “passada a limpo, melhorada com as lições aprendidas com a derrota” (VEIGA, 2003, p. 49), há a reinterpretação do evangelho, abandona-se o que era tido como religiosidade fervorosa em Canudos e os conselheiristas julgam mais correto normalizarem-se segundo os parâmetros modernos, seculares, defendidos pelos seus inimigos. Assim, foram derrotados e aceitam não poder existir, outra vez, como antes — dessa forma, a transformação/arruinamento do

espaço indica não apenas a “retificação” da cidade, mas o apagamento da cultura ali praticada.

Esse processo de descaracterização do espaço e obliteração da memória de Canudos exposto na literatura de José J. Veiga — processo que, no plano real objetivo, ocorreu alguns anos antes de sua escrita, no momento de construção da barragem e submersão da segunda cidade — pode ser entendido como alegórico em relação à maneira como se articula, no Brasil, a constituição do espaço social desconsiderando-se a possibilidade de preservação da memória. Se as nossas cidades, que estão sempre em constante renovação, são incapazes de preservar os elementos que servem para narrar o passado — uma vez que os ciclos produtivos, como a cana, o ouro, o café, a borracha e mesmo a indústria, sem os devidos incentivos, rapidamente se valorizam e se desvalorizam e o espaço rapidamente se adequa ao novo modo de produção — somos também confrontados, muitas vezes, com a impossibilidade de ancorar nossas memórias em um referencial material.

A aparência de decadência no Brasil foi percebida por Claude Lévi-Strauss (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 131) quando este visitava uma capital nacional, curiosamente, no momento de sua inauguração. Em 1937, após conhecer os canteiros de obra de Goiânia, o autor (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 132) se impressionou com a aparência arruinada do lugar e concluiu que nossas cidades “não são apenas construídas recentemente; são construídas para se renovarem com a mesma rapidez com que foram erguidas, quer dizer, mal” (LÉVI-STRAUSS, 2016, p. 103) — consideração que se vincula ao que atestamos ao início deste artigo: a forma destruída configura, na modernidade capitalista, o ideal do belo.

Por fim, ao término de *A Casca da Serpente*, a nova comunidade fundada por Conselheiro encontra destino semelhante ao da segunda Canudos. Essa, todavia, é tomada não por água, mas pelos rejeitos do capitalismo global, o que revela as preocupações do autor com os problemas ecológicos do seu próprio tempo. Dessa forma, como observamos, José J. Veiga e Jorge Furtado recorrem ao episódio de Canudos para suscitar questões contemporâneas aos seus tempos de escrita e filmagem, respectivamente.

Euclides da Cunha, contudo, quando escreveu sua obra magna, *Os Sertões*, recorreu a fatos anteriores ao episódio da guerra de Canudos para melhor o compreender. Assim, o jornalista constelarmente construiu paralelos entre o conflito no sertão baiano e a Guerra de Tróia ao caracterizar o arraial como uma “Tróia de taipa”, como se a resistência dos sertanejos ante a invasão do exército republicano se filiasse à resistência dos troianos ante a ofensiva dos guerreiros aqueus. Além disso, Euclides da Cunha (1992, p. 194) procurou entender a questão de Canudos a partir do massacre da Vendéia, episódio da Revolução Francesa em que camponeses favoráveis ao Antigo Regime foram brutalmente reprimidos pelo exército republicano. Assim, se artistas como José J. Veiga e Jorge Furtado promoveram um olhar progressivo de Canudos — que a vinculava a problemas posteriores à guerra, como o autoritarismo do Estado no século XX e a brutalidade da repressão policial no campo e nas favelas —, podemos também, à maneira de Cunha, suscitar um olhar retroativo e considerar os liames entre o massacre dos sertanejos na Bahia e outros fatos históricos precedentes — como o processo colonizatório e a perseguição e destruição de quilombos, por exemplo.

Ao término dessa investigação, concluiríamos haver na constituição do país um histórico traumático que prossegue acumulando uma tempestade de catástrofes ao longo dos tempos em direção aos dias de hoje e assim em diante, uma vez que as estruturas fundadoras da nação (o colonialismo, a lógica da propriedade privada e a escravidão) legaram-nos tradições que ainda estruturam o modo de vida no Brasil contemporâneo.

Tomemos como exemplo as descrições de Carneiro (CARNEIRO, 1958, p. 60) acerca do modo de produção da vida material em Palmares, onde os escravizados fugidos das plantations de cana-de-açúcar praticavam a policultura, e perceberemos que em muito se assemelham às descrições de Euclides da Cunha a propósito da organização solidária de Canudos, que desafiou os terratenentes da região. Da mesma forma, a maneira como o quilombo foi combatido por forças legalistas pode ser constelada ao massacre do arraial de Antônio Conselheiro. Observemos a narração de Carneiro (CARNEIRO, 1958, p. 158) quanto ao último assalto de paulistas bandeirantes, em 1694, contra Palmares e, em seguida, a de José J. Veiga acerca da invasão de Canudos, em 1897.

Os homens de Bernardo Vieira de Melo despejaram "uma carga de espingardaria" sobre os negros em fuga. Fazia escuro, os combates travavam-se à beira do precipício, e cerca de 200 negros rolaram no abismo e outros tantos foram liquidados durante a refrega. A tropa, despertada, saiu no encalço dos quilombolas. O número de feridos era tão elevado que — pelo que contava Caetano de Melo e Castro — "o sangue que iam derramando serviu de guia às tropas".

[...] os doentes e as crianças que haviam se rendido aos federais no dia 2 de outubro foram quase todos fuzilados ou degolados, inclusive o Beatinho, que foi tratado com muita maldade e finalmente estripado; que nenhum dos combatentes que ficaram no arraial para lutar até o fim se entregou; que as mulheres que tinham decidido ficar, vendo suas casas incendiadas se atiravam nas labaredas com os filhos pequenos nos braços, dando vivas ao bom Jesus Conselheiro; que as casas que escaparam dos bombardeios e dos incêndios foram desmanchadas pelos soldados, como se quisessem descarregar nelas o ódio que sentiam pelos moradores [...].

Assim, por meio da observação de obras literárias e cinematográficas que estabelecem comparações entre Canudos e fatos anteriores e posteriores à destruição do primeiro arraial, incluímos esse episódio em dois circuitos de entendimento: um retroativo, que o conecta aos traumas da colonização e da escravidão, e um segundo, progressivo, em que poderíamos associar o massacre dos conselheiristas a outros fatos que, embora tenham acontecido posteriormente, têm motivações semelhantes. Ao longo do século XX, episódios em que as contradições na disputa por terras, no uso da estrutura fundiária, na organização das formas de trabalho tiveram como consequências a brutal repressão do Estado contra populações à periferia do capitalismo ocorreram, por exemplo, também no Contestado (1912-16), em Pau de Colher (1938), Eldorado do Carajás (1996) e na chacina de Pau D'Arco (2017).

Em comparação com as duas narrações acima expostas, acerca da destruição de Canudos e do quilombo de Palmares, leiamos o trecho de uma recente reportagem jornalística que aborda a violência tanto no episódio do massacre de Eldorado do Carajás quanto em Pau D'Arco e, assim, constela ambos os acontecimentos (um em relação ao outro apartados por mais que duas décadas) relativos ao conflito por terras no interior do Pará.

Vinte e nove policiais — oito da Polícia Civil e 21 da Polícia Militar [...] — tinham entrado na Fazenda Santa Lúcia, no município de Pau D'Arco [...]. Dezessete desses policiais participaram da ação que torturou e matou Jane de Oliveira, seu marido, Tonho, e outras oito pessoas no local [...]. O massacre de Pau D'Arco, como ficou conhecido o caso, foi a maior e mais brutal chacina por disputa de terra no país desde Eldorado dos Carajás, episódio ocorrido em 1996 no qual dezenove pessoas, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, foram mortas pela polícia durante uma marcha de protesto contra a desocupação de uma fazenda [...] (TINOCO, 2017, p. 17-18).

No caso de Carajás, após o massacre, construiu-se às margens de uma rodovia um monumento em memória das vítimas. Contudo, ao exemplo da destruição da primeira Canudos, da degola dos camponeses, do saque de cartas e da submersão da segunda cidade, em Carajás, fazendeiros da região reuniram-se para derrubar o memorial. Nesse gesto violento, carregado de simbolismo, quebraram com marretas a imagem de uma mão segurando um arado e, pintados na parede, os dizeres: “a terra também é nossa”.

Logo, quando os apagamentos propõem ao agente histórico dificuldades para sustentar a investigação de um episódio, outros fatos similares (como o vínculo estabelecido entre Pau D'Arco e Carajás, ou entre estes e os demais fatos) emergem para amparar — por meio da comparação — o seu conhecimento do passado. E, assim, diante do massacre humano, do arruinamento do espaço e, consequentemente, da dificuldade de elucidação da memória das duas primeiras Canudos e dos demais fatos citados como exemplos, mobilizamos o entendimento de momentos passados e futuros em relação aos

conflitos, momentos que constituem e são constituídos pelo instante presente e, dessa forma, com ele compartilham algumas características. Essa perspectiva que visa compreender o ontem, o hoje e o amanhã, enquanto método de análise histórica, foi originalmente desenvolvida por Pe. Antônio Vieira (2020, p. 89-90) a partir de uma alegoria, a dos espelhos de Salomão:

descobriu a sabedoria de Salomão dous espelhos recíprocos, que podemos chamar do tempo, em que se vê facilmente o que foi e o que há de ser. [...] Pondo estes dous espelhos um defronte do outro, e assim como os raios do ocaso ferem o oriente, e os do oriente o ocaso; assim, por reverberação natural e recíproca, achareis que no espelho do passado se vê o que há de ser, e no futuro o que foi.

Identifica-se, assim, nesta alegoria, uma circularidade que não é cíclica, pois nem tudo — embora pareça se reproduzir infinitas vezes como farsa — se repete indefinidamente. A percepção da passagem do tempo e dos acontecimentos históricos que o compõe, na verdade, de acordo com a proposta do jogo de espelhos, é dialeticamente pautada tanto pela aparência do não ser quanto pela aproximação do ser (PÉCORA, 2020, p. 47). Assim, na interrupção (no deixar de ser e no, novamente, ser) entre uma Canudos e outra — após o fogo do exército e a submersão pelo açude —, ou na descontinuidade entre os fatos da colonização, da escravidão, da Guerra de Canudos, do Contestado e da chacina de Carajás, que se relacionam entre si, há certo continuísmo. Nas ruínas, há a imaginação do edifício em sua integridade, uma vez que a ausência da memória é, enfim, preenchida pela presença da violência.

Se considerarmos a história como a ação do homem sobre a Natureza, pensaremos que a divisão que este faz do tempo é pautada por fins e novos começos. Logo, o acúmulo das ruínas que a cultura produziu e produz constitui a história, pois aquela determina o que foi e o que não mais será — considerando a ruína, no futuro, como a inevitável tumba daquilo que hoje vive. Os destroços são, assim, o signo da história, pois atuam para fragmentar, o que nos permite selecionar e narrar. Sob essa lógica, Lévi-Strauss afirma

(1970, p. 293) que o agente histórico escolhe, parte e recorta, porque uma história verdadeiramente total o confrontaria com o caos. Assim, os narradores manipulam os estilhaços, os fragmentos, os vazios, as descontinuidades, as lacunas e as ruínas e estes não se afiguram enquanto empecilhos, mas, como é a cova para o coveiro, enquanto um espaço de trabalho.

Por isso, uma vez que a ruína é a rachadura por onde a luz da história fulgura, corrigimos uma suposição equivocada: Machado de Assis não escreveu “Um Erradio” porque a igreja e a muralha a partir dos quais Tosta vislumbrou o passado ainda lá estavam ou porque não havia vazios, não. Pelo contrário. Ele escreveu porque antecipou as ruínas da reformulação urbana e pode suscita-las. Dessa forma, desenvolveu-se um discurso de caráter metonímico, pois esse — por meio da construção fictícia — substituiria o que certamente, na paisagem da cidade, iria se perder. E assim os autores que contemplaram Canudos em suas produções e a relacionaram aos problemas dos seus tempos também o fizeram, uma vez que o vazio, o destroço e a morte eram as matérias que impregnavam a história a ser narrada. Concluímos, portanto, que, nas ruínas, na dificuldade de dizer, tanto a literatura quanto a história assumem o fardo de ocupar o vazio e narrar. Esses dois campos, por isso, ocupam espaços liminares, entre-lugares entre a vida e a morte, como o preciso instante em que o barqueiro Caronte navega sobre o Estige e transporta as almas do mundo para o submundo.

Essas lacunas entre o não e o ser, conforme concluímos, são matéria para as narrativas, incluindo as de ficção, pois estas são capazes de se debruçar sobre o passado e, também, imaginar o futuro. “Se quereis ver o futuro, lede as histórias, e olhai para o passado: se quereis ver o passado, lede as profecias, e olhai para o futuro. E quem quiser ver o presente para onde há de olhar? [...] Digo que olhe juntamente para um e para o outro espelho” (VIEIRA, 2020, p. 90). As narrativas afiguram-se, assim, como os espelhos de Salomão, pois são capazes de esclarecer as circunstâncias do ser, do não ser e suscitar a circularidade desses processos. E, nessa proposta de um recomeço perpétuo — de um retorno ao passado, que estará no futuro, e, por isso, constitui o presente —, os autores de ficção que incorporam elementos sociais são capazes de retomar temas históricos (como fizeram aqueles citados, na segunda metade do século XX, ao resgatarem a memória de

Canudos para criticar os problemas de suas próprias épocas) e enunciar as contradições dos nossos dias e do amanhã.

Dessa forma, concluímos que, diante das interrupções propostas pelas ruínas, que caracterizam o imanente e dialético devir do ser ao não ser, e assim sucessivamente, as narrativas não encontram obstruções, mas um caminho, pois justamente nesses momentos os agentes históricos viabilizam a possibilidade de recortar, de enquadrar e, assim, narrar. Em função disso, situadas nas rachaduras do tempo, nas ruínas que nos dão conta da passagem deste, as obras de ficção são capazes de vislumbrar o ontem e imaginativamente, como as profecias, contingenciar o amanhã. A interrupção, a descontinuidade e o vazio são, assim, os espaços onde a narrativa procura abrigo. E, nos episódios contemplados — como escreveu o padre Vieira (2020, p. 87), “Roma sobre Roma, e Roma debaixo de Roma”, e nós dissemos Canudos sobre Canudos, Canudos debaixo de Canudos —, há um fluxo circular de criação e arruinamento que constitui o que entendemos como o presente passageiro. A inscrição dos fatos no tempo, dessa forma, constitui um acúmulo que pode ser lido não ora apontando para o ontem ora para o amanhã, mas inserindo o episódio analisado na tempestade que o constituiu e que, também, influiu e influirá na constituição de outros, dada a permanência da estrutura — ou seja, a atividade humana, tanto criativa quanto destrutiva — que os engendra.

Como última consideração, levantemos um exemplo do contexto de Canudos para ilustrar as teses sobre a inserção da narrativa histórica nos momentos de arruinamento.

No período de construção da represa do Cocorobó, que submergiu a segunda cidade, a autarquia federal responsável pelas obras — o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) — construiu às margens da barragem escritórios, um hospital e oficinas para seus funcionários. Décadas mais tarde, todavia, estes encontravam-se abandonados, como ruínas, cobertos pelo mato e pela poeira do semi-árido nordestino. Já no ano de 2009, famílias camponesas ocuparam os edifícios e, hoje, às margens do açude, estas plantam bananas enquanto vivem nas velhas oficinas do DNOCS, convertidas em lar. No pátio, ainda há telhas e tijolos quebrados, com os quais as crianças brincam de empilhar os destroços e construir casas — imitando o que seus pais fizeram com seriedade. Dessa

maneira, se a barragem submergiu a segunda Canudos, arruinando-a, as ruínas do próprio DNOCS, hoje, são matéria para um retorno ao ser nas mãos das famílias que ocupam os prédios.

Sabemos, entretanto, a partir de exemplos do passado, o que poderá ocorrer com essas pessoas. Caso grupos poderosos desejem reaver o controle daquela região, estas sofrerão ameaças de despejo e o uso da força policial será utilizado para removê-las das terras que, antes de suas chegadas, encontravam-se abandonadas e improdutivas. Assim, do ser, regressarão ao não ser. Contudo, esperamos também a quebra da circularidade. Que uma estrela da constelação vague fora de órbita ou que um dos espelhos reflita um novo horizonte, para narrarmos fatos cuja ausência de um desfecho trágico também impossibilite a criação de novas tragédias no futuro. Assim, alimentamos as esperanças de encerrar um longo e sombrio ciclo da história nacional que, embora digno de ser narrado e lembrado, a princípio nem sequer deveria ter acontecido.

#### Referências:

ASSIS, Machado de. Um Erradio. In: Páginas Recolhidas. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899, p. 25-53.

BENJAMIN, WALTER. Origem do Drama Barroco Alemão. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: ed. Brasiliense, 1984.

CARNEIRO, Edison. O Quilombo dos Palmares. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo, Círculo do Livro, 1992.

FELÍCIO, Erahsto; FERREIRA, Joelson. Paz entre nós, guerra aos senhores: uma tradição rebelde de alianças. Brasil: Jacobin, set. 2020.

FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: ed. Nacional e editora da USP, 1970.

\_\_\_\_\_. *Tristes Trópicos*. Tradução de Rosa Freire Aguiar. 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

OTTE, Georg; VOLPE, Miriam Lídia Volpe. Um olhar constelar sobre o pensamento de Walter Benjamin. Florianópolis: Fragmentos, número 18, jan-jun, 2000.

PÉCORA, Alcir. Introdução: a arte de morrer, segundo Vieira. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões de Quarta-feira de Cinza*. Campinas: ed. Unicamp, 2020.

PRIETO, Gustavo. Coronelismo e campesinato na formação territorial d'os Sertões. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio. *Sertão, Sertões*. São Paulo: ed. Elefante, 2019, p. 36-56.

TINOCO, Juliana. O massacre de Pau d'Arco. São Paulo: revista Piauí, 2017, dez., edição 135.

VEIGA, José Jacinto. *A Casca da Serpente*. Rio de Janeiro: Bertrand, 7<sup>a</sup> ed., 2003.

VIEIRA, Antônio. *Sermões de Quarta-feira de Cinza*. Campinas: ed. Unicamp, 2020.